



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano  
“*Comissão de Constituição, Justiça e Redação*”

---

**VETO N° 75/2021**

**Ementa: VETO TOTAL AO PLO N° 184/2021, DE AUTORIA DO VEREADOR JÚNIO LEANDRO, QUE “INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO CONTROLE DE NATALIDADE DE CÃES E GATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTOR:** Vereador Júnio Leandro

**RELATOR:** Vereador Tarcísio Jardim

<b>P A R E C E R N °   _ _ _   2 0 2 1</b>
--

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe, para análise e parecer, ao Veto nº 75/2021, realizado pelo Exmo. Prefeito, no qual vetou o Projeto de Lei Ordinária nº 184/2021 (Autógrafo nº 2.282/2021), que “*institui a política municipal do controle de natalidade de cães e gatos e dá outras providências*”, sob o argumento que a mencionada propositura legislativa cria atribuições dentro da estrutura da Administração Pública, esbarrando em óbice legal.

A matéria teve seu trâmite na forma regimental, constou no expediente e aportou na CCJRLP – Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa para análise de sua constitucionalidade.

Ato contínuo, o Vereador Tarcísio Jardim, relator da presente matéria, recebeu a proposta para análise e emissão de parecer acerca de seus aspectos legais e jurídicos.

É o que importa relatar.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

***“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”***

---

**II - VOTO DO RELATOR**

Cuida-se de veto oriundo do Poder Executivo acerca do Projeto de Lei Ordinária nº 184/2021, de autoria do excelentíssimo Vereador Júnio Leandro, que institui a política municipal do controle de natalidade de cães e gatos, entre outras providências.

Registre-se, inicialmente, que a matéria trazida no bojo da pretensão legislativa atende aos ditames constitucionais de competência, tendo em mira que o PLO do digníssimo Vereador respeita o dispositivo constitucional previsto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, no qual permite *legislar sobre assunto de interesse local*, qual seja, o controle populacional de animais em situação de vulnerabilidade (cães e gatos).

Corroborado a dispositivo acima, tem-se o mesmo texto legal no artigo 5º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Noutro passo, quanto à iniciativa de apresentar a proposta legislativa, não há como não acatar o argumento jurídico ventilado pelo Poder Executivo em sua mensagem de veto, porquanto o PLO em análise, apesar de trazer inovação benéfica ao ordenamento jurídico, traz, contudo, disposições que criam obrigações/atribuições à Administração Pública.

Senão vejamos.

Além de a mensagem de veto apresentar o vício de iniciativa em razão de a presente matéria ser afeita ao Poder Executivo, consoante artigo 30, inciso IV, da LOMJP, indicando, por exemplo, a criação de atribuições no artigo 2º do PLO, verifica-se que igualmente os artigos 4º e 5º do referido PLO reforçam a criação outras:

*“Art. 4º - Fica autorizado o chefe do executivo municipal, a contratar, através de processo licitatório, clínicas ou consultórios veterinários para castração de cães e gatos, machos e fêmeas, pertencentes a pessoas de baixa renda e indicados por representantes de entidades protetora desses animais devidamente cadastradas no setor de zoonoses;*



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

***“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”***

---

*Art. 5º - As castrações serão realizadas nas dependências da clínica ou consultório veterinário contratado (...)*

Como percebido, ao tempo em que o nobre legislador apresenta a execução do controle de natalidade dos animais pelo Poder Público, acrescenta, igualmente, obrigação administrativa (licitar), além de despesa pública tendo em vista a “contratação” de clínica ou consultório.

Avançando, o texto legal, em seu artigo 6º, claramente anuncia novas despesas com vacinação e vermifugação. Nota-se:

*“Além da castração, vacinação, vermifugação, como também na educação no trato com os animais deverão ser promovidos pelo executivo e, conseqüentemente, pelo zoonoses.”.*

Como percebido, há um extenso rol de atribuições e obrigações que sujeitam o Poder Executivo para o fiel cumprimento da pretensão legislativa, o que não é permitido.

Assim, repita-se, há evidente violação ao artigo 30, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Portanto, finda por não ter possibilidade de dar prosseguimento à presente proposta legislativa.

Desta feita, manifestamo-nos **FAVORÁVEL ao Veto nº 75/2021 no Projeto de Lei Ordinária nº 184/2021, de autoria do Vereador Júnio Leandro.**

É o parecer.

João Pessoa-PB, em 12 de dezembro de 2021.

**TARCÍSIO JARDIM**  
Vereador



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano  
*“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”*

---

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Relator, opina **FAVORÁVEL** ao Veto nº 75/2021 no Projeto de Lei Ordinária nº 184/2021, de autoria do Vereador Júnio Leandro, em virtude dos fundamentos acima expendidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2021.

**Odon Bezerra**  
Presidente

**Tarcísio Jardim**  
Membro – Relator

**Durval Ferreira**  
Membro

**Thiago Lucena**  
Membro

**Tanilson Soares**  
Membro

**Bispo José Luiz**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano  
***“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”***

---

Membro

**Guga**  
Membro